

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt nos EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.414.487 - RS  
(2018/0328486-2)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE : PRISCILA DE GUSMAO ALMEIDA**  
**AGRAVANTE : REGINA VIGNATTI**  
**ADVOGADOS : GLENIO LUIS OHLWEILER FERREIRA E OUTRO(S) - RS023021**  
**MARCELO LIPERT E OUTRO(S) - RS041818**  
**FABIANA FERREIRA DA SILVA - RS059046**  
**TIAGO GORNICKI SCHNEIDER - RS068833**  
**ELISA TORELLY - RS076371**  
**PABLO DRESCHER DE CASTRO - RS082739**  
**FABRÍCIO BRUM DOS SANTOS - RS076938**  
**GUILHERME BOFILL VASCONCELLOS PEREIRA - RS099846**  
**AGRAVADO : UNIÃO**

## EMENTA

**PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA. REQUERIMENTO INDEFERIDO NA ORIGEM, COM BASE NOS FATOS E PROVAS DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ.**

1. O Tribunal *a quo*, ao apreciar o pedido da concessão da gratuidade da Justiça, entendeu que os elementos probatórios carreados nos autos depõem contra a assertiva de que a parte não dispõe de condições para suportar as despesas processuais sem o comprometimento do sustento familiar, porém, ressaltou o direito à benesse caso ela comprovasse, cabalmente, a miserabilidade alegada.

2. Não é possível rever os elementos probatórios dos autos para chegar à conclusão diversa da adotada na origem quanto à ausência dos requisitos para a concessão da gratuidade almejada ante o óbice disposto na Súmula nº 7/STJ – “a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”.  
Precedentes.

3. Agravo interno não provido.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento:

"A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Herman Benjamin e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator

